

BOLETIM 604

Brasília, 11 de julho de 2018

Centrais se mobilizam para ato em 10 de agosto contra desemprego

Nova Central, CTB, CUT, Força Sindical, UGT, CSB e Intersindical voltam a se reunir nesta quarta-feira (11) no auditório do Dieese, em São Paulo. Será o segundo encontro dos dirigentes, que estão à frente da organização de um dia Nacional de Luta pelo Emprego. A reunião, com caráter ampliado, deve contar com a presença de Sindicatos de grandes categorias.

A Agência Sindical ouviu Miguel Torres, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, da Confederação da categoria e presidente interino da Força Sindical.

O dirigente falou sobre a gravidade da crise, o aprofundamento do desemprego e a importância de massificar as propostas das Centrais para reverter o quadro de adversidades, a fim de mobilizar os trabalhadores e a sociedade.

“O abismo social está aumentando e precisa ser revertido. Temos uma população sem perspectiva de melhora e um governo sem política de desenvolvimento. Para crescer é preciso ter emprego e renda”, diz Miguel.

Segundo o dirigente, a Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora se coloca hoje como uma alternativa ao abismo, que deve ser massificada e debatida amplamente no processo eleitoral deste ano. “São 22 pontos, que caminham



unitariamente com as Centrais, como propostas para enfrentar esse momento tão difícil”, destaca.

Miguel Torres lembra que a Agenda toca na questão do emprego e do desenvolvimento, além da prática sindical que amplia a defesa dos direitos dos trabalhadores. Ele reforça: “É necessário trazer os Sindicatos para essa discussão, para reforçar e encorpar os protestos que estamos organizando”.

O secretário-geral da CUT, Sergio Nobre, também destaca a importância de envolver as entidades de base em todo o País. “A participação dos Sindicatos vai ampliar a mobilização. Nesta quarta, definiremos, junto com essas entidades, como será a mobilização aqui em São Paulo”, ressalta.

A primeira reunião de organização ocorreu dia 4, também no Dieese. No encontro, a instituição apresentou alguns dados preocupantes, como a situação alarmante de 13 milhões de desempregados, com 32% deles na faixa etária entre 18 e 24 anos, além de 25 milhões de subocupados.

Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do Dieese, disse à Agência que o enfrentamento do desemprego se tornou uma questão prioritária para o movimento sindical. “A plenária será realizada nesta quarta (11), às 10 horas, no auditório do Dieese.

Fonte: Agência Sindical



STF não levou em conta que contribuição financeira programas importantes

A advogada e mestre em Direito Sindical Augusta Raeffray palestrou sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal em manter a contribuição sindical mediante autorização da categoria, conforme instituiu a reforma trabalhista. Augusta participou do encontro da CSB São Paulo, no dia 5 de julho, em Bauru. A Lei 13.467 mudou artigos da CLT e, entre eles, acabou com a obrigatoriedade da contribuição.

Com otimismo, a especialista em Direito Sindical pontua questões importantes e trata a decisão do Supremo como “extremamente política, e não técnica”, pede cautela e busca soluções práticas para a sobrevivência das entidades.

“O Tribunal navegou contra a sua própria jurisprudência, porque há tempos se entende que a contribuição sindical é de caráter tributário e que parte dela vai para o financiamento de importantes programas como o Seguro-Desemprego, mas isso não foi levado em conta, e a razão disso é que a decisão foi política, e não técnica”. Augusta lança mão de um ditado popular para dizer que a decisão já está tomada e “não adianta chorar pelo leite derramado”.

A advogada salienta que não é possível fazer um debate exato da decisão do STF, já que ainda não foi publicada. Por isso, toma por base as palavras dos ministros votantes. Algumas questões partem a partir daí: o julgamento terá repercussão? Os sindicatos devem representar

todos os trabalhadores de uma categoria depois dessa decisão ou só os que contribuírem?

Contribuição sindical viva - Para Augusta Raeffray, “a contribuição está viva”, e esse é o ponto principal para onde se deve olhar. “Mudamos a forma de cobrar, autorizando em assembleia. Daqui para frente não poderemos mais brigar pela inconstitucionalidade de acabar com a contribuição. Mas a legitimidade do sindicato de fazer essa cobrança não mudou”, afirma.

Além disso, a especialista diz que a hora é de análises. “Temos que ter um pouco de calma, temos uma nova eleição; tudo pode mudar. É o momento de talvez pensar o custeio sindical de uma nova forma. Essa é a hora de irmos até o trabalhador e fazer um trabalho de convencimento. É difícil? É, mas é necessário o trabalho de base. Quanto mais os trabalhadores entenderem a importância da entidade, eles estarão com a gente”, afirma a advogada.

Representação dos trabalhadores - Augusta trata como perigoso acabar com a ideia de categoria e os sindicatos passarem a só representar os sócios. “Se eu começo a fracionar essa categoria, nós vamos contra a Constituição e não é porque o STF fez isso, com todo o respeito, que nós faremos também”, diz citando o princípio da unicidade sindical que existe na Constituição, ou seja, pela Carta Magna, os sindicatos representam toda a categoria, e não só quem contribui.

Para a advogada, esse tipo de medida pode gerar uma represália do patrão com quem é sócio do sindicato.

Fonte: Portal Vermelho

Novo ministro do Trabalho defende atuação técnica na pasta

Após tomar posse na tarde desta terça-feira (10), em cerimônia no Palácio do Planalto, o novo ministro do Trabalho, Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello, disse que o ministério tem que ser “extremamente técnico”. “Temos que funcionar tecnicamente”, afirmou.

Perguntado se será necessário fazer uma revisão nos cargos da pasta após a terceira fase da Operação Registro Espúrio, deflagrada pela Polícia Federal, que afetou a cúpula do ministério, então comandado pelo PTB, o novo ministro afirmou que se as mudanças forem necessárias serão feitas.

No entanto, Caio Vieira de Mello ressaltou que se os indicados políticos tiverem capacidade técnica, eles permanecem no cargo. “Não estou dizendo que vou trocar [os cargos]. Eu vou conduzir o ministério tecnicamente”, disse.

No último dia 5, o chefe da Casa Civil da Presidência da República, ministro Eliseu Padilha, havia assumido interinamente o Ministério do Trabalho, no lugar de Helton Yomura, que pediu exoneração do cargo após ser um dos alvos da terceira fase da Operação Registro Espúrio. O objetivo da operação foi aprofundar as investigações sobre uma suposta organização criminosa suspeita de fraudar a concessão de registros sindicais junto ao Ministério do Trabalho.

Reforma Trabalhista - Sobre a reforma trabalhista, o novo ministro disse a alteração de legislação é “uma coisa normal”. “A adaptação vai se fazendo pela jurisprudência e o tempo vai



mostrando a vantagem ou desvantagem. Se houver necessidade, haverá mudança também. Não vejo nenhuma necessidade de mudança no momento”.

EXONERAÇÃO - Solto na madrugada desta terça-feira (10), o chefe de gabinete do ex-ministro do Trabalho Helton Yomura, Júlio de Souza Bernardes, pediu exoneração do cargo. Já em seu apartamento em Brasília, ele gravou um vídeo, divulgado nas redes sociais, onde comunicou o ato.

“Estou indo hoje ao ministério do Trabalho para pedir a minha exoneração para que o novo ministro tenha transparência, tranquilidade para trabalhar e para que as investigações sigam normalmente, para não parecer e nem dar um ar de que talvez eu esteja permanecendo no ministério do Trabalho para tentar ocultar algum tipo de prova dessa investigação que ainda prossegue”, afirmou.

Fonte: Agência Brasil



Quem deixou para sacar PIS/Pasep em agosto receberá 8,97% a mais

O reajuste veio bem acima da inflação acumulada em 12 meses até junho, de 4,39%

Cotistas do PIS/Pasep que não fizeram o saque deste ano até junho receberão os valores com acréscimo de 8,9741%, informou o Tesouro Nacional nesta terça-feira (10).

O reajuste veio bem acima da inflação acumulada em 12 meses até junho, de 4,39%, segundo o IBGE. A suspensão dos pagamentos no mês de julho é realizada exatamente para que seja computado o rendimento anual do fundo. No ano passado, foi de 8,8781%.

Na primeira etapa do cronograma de pagamento do PIS/Pasep, iniciada em 17 de junho e encerrada no dia 29 de junho, 1,1 milhão de trabalhadores com idade acima de 57 anos realizaram o saque, retirando uma soma de R\$ 1,5 bilhão.

A partir de agosto, empregados de quaisquer idades poderão solicitar suas cotas.

As cotas são retiradas anuais de recursos depositados em contas de trabalhadores entre 1971 e 1988, quando ficaram inativas em razão da Constituição Federal. Até 2017, o saque era permitido para pessoas com mais de 70 anos, em caso de aposentadoria e em outras situações específicas. A partir do ano passado, o governo federal flexibilizou o acesso para pessoas de todas as idades.

Na segunda etapa, serão disponibilizadas, inicialmente, as cotas dos correntistas da Caixa

Econômica Federal (no caso dos trabalhadores da iniciativa privada) e Banco do Brasil (no caso dos trabalhadores do setor público). O crédito em conta será efetuado automaticamente no dia 8 de agosto.

A partir do dia 14, correntistas de quaisquer bancos poderão reivindicar o recurso. O prazo ficará aberto até 29 de setembro. Quem não sacar nesse período, perde o direito ao benefício.

Quem tem direito ao PIS/Pasep - Quem contribuiu após 4 de outubro de 1988 não tem direito ao saque. Isso ocorre porque a Constituição daquele ano passou a destinar as contribuições do PIS/Pasep das empresas para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que paga o seguro-desemprego e o abono salarial, e para o BNDES.

Os valores depositados nas contas individuais no Fundo PIS/Pasep antes da mudança constitucional, no entanto, permaneceram lá. Os trabalhadores titulares dessas contas – ou seus herdeiros, no caso de morte do titular – podem sacar o saldo existente de acordo com os motivos de saque estabelecidos em lei.

Tanto Caixa quanto BB têm páginas com informações sobre o PIS/Pasep, onde é possível verificar cadastros e consultar cotas. Ainda no caso da Caixa, há também um telefone para atendimento ao cidadão: 0800 726 0207. No caso do BB, se o beneficiário quiser verificar o cadastro pessoalmente, basta ir a uma agência com o RG em mãos.

Fonte: Gazeta do Povo



Maia anuncia que privatização da Eletrobras não será votada este ano

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, anunciou nesta terça-feira (10) à noite, logo após a aprovação do Projeto de Lei 10332/18 autorizando a venda de seis concessionárias de energia elétrica, que o projeto de privatização da Eletrobras não será mais votado neste ano.

Maia havia se comprometido a pautar o projeto apenas após a definição das eleições presidenciais deste ano. Para ele, a matéria deveria ser capitaneada ou não pelo futuro novo presidente da República. No entanto, após pressão de parlamentares da oposição, decidiu retirar a proposição da pauta de votações do segundo semestre.

A proposta estabelece que a privatização ocorrerá por meio do lançamento de novas ações no mercado até que esse número transforme a União em acionista minoritária. O projeto também prevê que, para preservar interesses estratégicos nacionais, os novos acionistas serão proibidos de acumular mais de 10% do capital da empresa.

A privatização da Eletrobras foi anunciada em agosto do ano passado. De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), o valor patrimonial da Eletrobras é de R\$ 46,2 bilhões, e o total de ativos da empresa soma R\$ 170,5 bilhões. O governo espera obter com a venda cerca de R\$ 12 bilhões. A empresa é responsável por 1/3da geração de energia do país.

Fonte: Agência Brasil

Certificado digital no eSocial só é exigido para quem já tinha essa obrigação

Os optantes do Simples Nacional com mais de um empregado já necessitam hoje de certificado digital para prestar suas informações e apuração dos tributos devidos. Portanto, o eSocial não está criando nova obrigação com a utilização de certificado digital.

As micro e pequenas empresas com até um trabalhador poderão utilizar os portais do eSocial apenas com código de acesso, sem necessidade de certificado digital. Todos os Microempreendedores Individuais (MEI) poderão utilizar o Portal simplificado do MEI com código de acesso.

Ocorre que os empregadores que atualmente utilizam serviços de profissionais da contabilidade nem mesmo necessitarão de código de acesso, tampouco de certificado digital, já que bastará ao empregador autorizar o contador a assinar e a enviar suas declarações, por meio de uma procuração eletrônica para o eSocial.

Fonte: Receita Federal

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLDO PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS